

humanitas

Vol. XXIII Ž J ; H

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXIII E XXIV



COIMBRA
MCMLXXI-MCMLXXII



A INTRODUÇÃO DO HUMANISMO EM PORTUGAL (*)

A Introdução do Humanismo em Portugal é um acontecimento dos finais do século xv, mais exactamente, datável de 1485 em diante.

Com esta afirmação, não excludo as manifestações de interesse pela cultura grega e latina, sobretudo por esta última, que todos conhecem, no fim da nossa Idade Média, como sejam as traduções do latim, feitas por, ou empreendidas por iniciativa de, príncipes da casa de Avis. Mas, para mim, o início do Humanismo em Portugal data da chegada de Cataldo Parísio Sículo ao nosso País, em 1485.

Os argumentos em favor deste ano ou do seguinte, e pormenores da sua actividade inicial, encontram-se no meu livro *Estudos sobre a Época do Renascimento* e não vou aqui repeti-los. Mas creio que valerá a pena recordar dois ou três factos sobre a constituição do seu nome.

«Sículo e Parísio» lhe chamou D. Carolina Michaëlis em *Notas Vicentinas* (p. 151 da 2.^a ed.), sugerindo deste modo, além da origem siciliana, estudos feitos em Paris. E também assim pensava o Dr. Jerónimo Münzer que o visitou em Portugal, em 1494. Mas a verdade é que o apelido «Parísio» nada tem que ver com estudos feitos em Paris. Era um apelido de família que Cataldo usa a seu próprio respeito, por exemplo, em uma das cartas a seu primo Francisco Parísio, inserta no vol. I (fol. d iijv.^o) das *Epistolae*.

Também há quem continue a chamar-lhe «Áquila», só ou associando este sobrenome ao de «Parísio», e arranjando deste modo um imponente conjunto onomástico: «Cataldo Áquila Parísio Sículo». Mas «Áquila» não é nenhum nome de Cataldo, é sim o de um dos seus volumes de

(*) Lição inaugural do «I Curso de Actualização para Professores de Filologia Clássica», em 4 de Janeiro de 1972. Entende-se aqui por «humanismo», naturalmente, o Humanismo Greco-Latino renascentista. Em nossos dias, sobretudo nos países de língua inglesa, há muitos e variados «humanismos».

versos, como já tive ocasião de demonstrar no livro atrás referido. Aqui, o engano data do século XVI e deve ter vindo da edição de António de Castro, que em 1569 (1) publicou os manuscritos de Cataldo na convicção de que o humanista não tinha sido impresso antes. A verdade é que do volume de versos, saído nos começos do séc. XVI, há exemplares em algumas grandes bibliotecas do mundo, mas da edição de António de Castro não escapou um único exemplar. Se D. António Caetano de Sousa a não tivesse reproduzido, embora incompletamente, nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* não fariamos dela qualquer ideia. *Habent sua fata libelli!*

Não será despropositado, como introdução, referir alguns trabalhos de Cataldo. Começarei pelo livro intitulado *Epistolae et Orationes quaedam Cataldi Siculi*, cujo cólofon traz a data de 21 de Fevereiro de 1500. Quarenta e oito anos depois, em Coimbra, proferiria também a 21 de Fevereiro, a oração inaugural do Colégio das Artes o humanista francês Arnaldo Fabrício.

Mas voltemos a Cataldo, cujo primeiro volume de *Cartas* com algumas *Orações* foi impresso em Lisboa pelo alemão Valentim Fernandes.

As cartas de Cataldo, contidas neste primeiro volume, são dirigidas a portugueses e a italianos. Incluídas também no livro encontram-se epístolas diplomáticas, escritas a soberanos estrangeiros, mas por ordem de D. João II e D. Manuel. Aí, Cataldo foi apenas secretário latino dos dois reis.

Das cartas pessoais, as dirigidas a italianos são anteriores à sua vinda para Portugal, com excepção das escritas a Lúcio Marineo, como ele siciliano, que se encontrava em Espanha, e as remetidas ao já mencionado Francisco Parísio, seu primo e talvez duas ou três mais. Há ainda duas dúzias de italianos, mas algumas das cartas têm mais o ar de modelos fictícios, para imitação dos alunos, do que de correspondência realmente trocada. Coloco nesta categoria os bilhetes dirigidos a Francisco Filelfo e a João Joviano Pontano. Estes impressionam pela brevidade formular e pelo tom convencional. Já as duas cartas a Francisco Parísio pertencem a um género muito próximo da reportagem histórica, se me é permitido usar a linguagem jornalística. Pois que outra coisa são aquelas informações sobre a família, gostos e perso-

(1) Cf. Luís de Matos, «Nótulas sobre o humanista italiano Cataldo Parísio Sículo», *A Cidade de Évora*, 35-36, 1954, p. 9.

nalidade de D. Dinis, sobrinho do rei D. Manuel, ou sobre o Senhor D. Álvaro, irmão do duque de Bragança, justicado por D. João II? O pormenor anedótico, a bisbilhotice doméstica de quem era professor de um, D. Dinis, e preceptor dos filhos do outro, D. Álvaro, dão um interesse de crónica mundana a estas cartas. E Cataldo, quando para aí voltado, não era dos memorialistas mais discretos...

As outras epístolas a italianos têm igualmente um interesse autobiográfico que já em ocasião anterior pus em relevo, pelo que me dispense de tratar este ponto. Bastará recordar que o núcleo maior dessa correspondência com compatriotas se refere à poderosa família Malvezzi de Bolonha e sobretudo a um dos seus membros mais jovens, Bessáron, até há pouco confundido com o famoso cardeal do mesmo nome. De tudo isto me ocupei nos *Estudos sobre a Época do Renascimento*.

A correspondência diplomática que Cataldo verteu para latim inclui epístolas dirigidas aos papas Inocêncio VIII e Alexandre VI, a Henrique VII de Inglaterra, a Carlos VIII de França, ao imperador Maximiliano e ao duque Filipe, seu filho, a Fernando, rei de Nápoles, a Ludovico Sforza, o famoso Ludovico «il Moro», duque de Milão, ao doge veneziano, Agostinho Barbarigo, e a numerosos cardeais a quem D. João II encomendava negócios seus na Cúria. Muitas delas foram traduzidas por Francisco Rodrigues Lobo e publicadas, a partir de um manuscrito existente no Museu Britânico, por Ricardo Jorge, com o título de *Cartas dos Grandes do Mundo*, em 1934. Uma das que Rodrigues Lobo não verteu para português é dirigida a «César, cardeal de Valença», o famigerado César Bórgia. Nessa carta devem ter-se juntado a malícia do rei e a do seu secretário latino, ao recomendar o bispo de Ceuta, D. Fernando de Almeida, que tinha certa pretensão junto do Papa Alexandre VI, pai do cardeal, nos seguintes termos, enfaticamente: «É que não ignoramos quanto vale a tua autoridade junto do deus da terra» (*Non enim ignoramus quantum apud terrarum deum tua valeat auctoritas. Ep. I, fol. f vj*).

Este «deus terrarum» é paganismo renascentista, mas não menos desrespeito católico pelo papa Bórgia...

Todavia, as cartas que mais nos interessam são com certeza as dirigidas a portugueses, pois retratam o ambiente cultural da corte e dos magnates da nobreza. No livro I, de que nos vimos ocupando, eis alguns dos correspondentes de Cataldo: os reis D. João II e D. Manuel; o príncipe D. Afonso, filho legítimo, e D. Jorge, filho ilegítimo de D. João II; D. Dinis, sobrinho do rei D. Manuel; D. Fer-

nando de Meneses, conde de Alcoutim e, depois de 1499, marquês de Vila Real; a condessa de Alcoutim e, mais tarde, marquesa de Vila Real, D. Maria Freire; o jovem conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses que, com sua irmã D. Leonor de Noronha, foram os alunos mais brilhantes e predilectos de Cataldo; o camareiro-mor e colação do rei, D. João Manuel; D. Diogo de Sousa, bispo do Porto e futuro arcebispo de Braga; diversos Noronhas da casa de Vila Real, como D. Diogo de Noronha, seu irmão D. João de Noronha que foi prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra onde, a propósito, o seu epitáfio ainda existente, está errado, D. Fernando Coutinho, bispo de Lamego, e outros da nobreza, tanto de sangue como eclesiástica.

Entre os intelectuais da corte, há no vol. I uma carta a Vasco Fernandes de Lucena, já velho e susceptível, com quem não deve ter tido boas relações. A carta azeda que lhe escreveu, testemunha a interferência maléfica de Pedro Rombo, gramático que adiante encontraremos envolvido em polémicas universitárias de outra ordem.

No livro I das *Epístolas* de Cataldo, à epístola única a Vasco Fernandes de Lucena segue outra que tem por título: «Cataldus magistro rodorico philosopho et regio medico .S.» (fol. c). Este mestre Rodrigo, «filósofo e médico real», não é outrem senão o irmão de Vasco Fernandes de Lucena que, por ter estado do lado do infante D. Pedro em Alfarrobeira, viu confiscados os seus bens, em favor de seu irmão Vasco, por D. Afonso V. Com o advento de D. João II, melhorou a situação de mestre Rodrigo que vamos encontrar entre os protectores de Cataldo, juntamente com D. Diogo de Sousa e com o camareiro-mor D. João Manuel, quando se trata de fazer que os almoxarifes lhe paguem a sua tença.

Através da correspondência, encontramos o nome de alguns mestres de gramática desconhecidos, como Simão Vaz, que primeiro ensinou latim a D. Pedro de Meneses, e Diogo Álvares que o Sículo recomenda numa carta a Pedro de Alcáçova para professor do seu filho (*Ep. I, g vj v.º*). O mestre de gramática da Universidade, Pedro Rombo, ouviu também aulas suas.

Não lhe falta uma palavra amável aos cortesãos, às vezes condimentada de qualquer pitada irónica, como na carta a Garcia Moniz, um dos fundadores da Misericórdia; ou sem malícia aparente, no elogio franco que dá a Martinho de Sousa, por fazer ensinar latim aos jovens que em África estão sob o seu comando, ao mesmo tempo

que lhe pede informações para a crónica que intentava escrever sobre os feitos dos portugueses em África.

Se os problemas políticos e militares lhe interessam, não está menos atento à questão religiosa, como na carta que dirigiu a Próspero, um rabi siciliano em terra portuguesa, para que se convertesse, aproveitando a boa vontade com que o rei D. Manuel procurava integrar os seus súbditos judaicos na comunidade nacional. A argumentação com Próspero é menos de ordem religiosa que pragmática e está cheia de preconceitos, como o de que todos os judeus cheiram mal, por mais perfumados e bem vestidos que andem, e só perdem o mau cheiro, quando se convertem e recebem o baptismo.

Finalmente, este primeiro livro termina como começou, isto é, em torno do seu discípulo predilecto, D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, a quem é dirigida a carta inicial e a quem pertence a epístola final, endereçada ao impressor Valentim Fernandes de Morávia. Antes, porém, numa carta-manifesto ao pai de D. Pedro, a saber, D. Fernando de Meneses, segundo marquês de Vila Real, Cataldo faz a primeira defesa da cultura clássica, em Portugal, desta vez contra «quosdam theologiculos», teólogos de meia-tigela, que defendiam o latim escolástico e procuravam dissuadir das graças das Musas e das elegâncias do latim clássico os filhos da nobreza, sob pretexto de que a cultura pagã era inimiga da fé e dos bons costumes. O humanista rebate-lhes a ignorância e a má-fé com a autoridade dos padres da Igreja e as decisões dos concílios que recomendavam a leitura dos bons autores latinos. Cita exemplos de poetas e prosadores de Roma, em que estes se mostram bons conselheiros, dentro dos ditames da mais rigorosa moral católica.

O segundo volume das *Epistolae* refere-se quase exclusivamente a portugueses e só a um ou outro estrangeiro como o reitor de Salamanca, a quem Cataldo recorda a boa impressão que a Universidade lhe deixara quando, cerca de três lustros atrás, lá havia passado no regresso de Saragoça, onde acompanhara D. Manuel, em 1498. A carta será, portanto, um pouco anterior a 1513. Aproveita na ocasião um portador para lhe enviar alguns trabalhos seus. Mas será melhor traduzir Cataldo: «Tendo achado finalmente agora maneira de enviá-los, remeto vários, a saber, a segunda parte das epístolas e de alguns discursos, e os cinco livros das *Visões*, compostos em ritmo elegíaco, para que os discutais antes de eu os imprimir. Se vos parecer que

há coisa a acrescentar ou a suprimir, não poupeis as correcções. E para o futuro tende-me ao vosso dispor, como se fora um dos vossos alunos mais antigos». (*Ep. II, C iijv.*^o).

O portador deve ser o nobre (*generosus*) Manuel Teles a quem, numa epístola logo a seguir, remete outro poema seu, o *De perfecto homine*, que dedicara ao rei D. João II, duas décadas atrás. Pede a Manuel Teles que não deixe de escrever-lhe de Salamanca. Todavia, este Manuel Teles não figura entre os estudantes portugueses da escola salmantina, no livro que sobre eles publicou o Professor Veríssimo Serrão (2).

Porque teria Cataldo recorrido a Salamanca, através do seu reitor, para obter uma opinião, e eventuais correcções, sobre o seu manuscrito? Haveria falta de portugueses competentes para o mesmo efeito? Tenho razões de sobra para acreditar que não foi esse o motivo.

Assim vejamos: quem leia assiduamente Cataldo não colhe sobre a sua pessoa qualquer impressão de humildade. Pelo contrário. O seu orgulho, sobretudo da qualidade de poeta latino, manifesta-se a cada passo e deve ter-lhe causado não poucos dissabores. Portanto, não era para eventuais correcções, mas para fazer prova do seu talento, em prosa e em verso, que o Sículo se dirigia ao reitor de Salamanca. Aliás, da sua obra não consta que tenha aguardado quaisquer emendas ao texto para o publicar.

De resto, já em tempos me ocupei das relações difíceis do humanista com os seus confrades portugueses. Destes só lhe interessavam os que tinham importantes posições na corte ou em casas nobres, como os Doutores Diogo Pacheco, Francisco Barradas e Lopo da Fonseca. A estes e a outros, de semelhante situação, há repetidas referências em prosa e em verso na sua obra.

A oposição à sua actividade e pretensões de escalada social não vinha apenas dos «theologiculi», de que atrás falámos, ou dos membros do clero em geral, que não veriam com bons olhos o educador do filho querido de D. João II, o real bastardo D. Jorge, — educador laico e chamado de propósito de além-fronteiras.

Havia ainda a camada moderna, os humanistas com treino igual ao seu. Já mencionei Vasco Fernandes de Lucena, mas esse era dema-

(2) JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)* em *Revista da Faculdade de Letras*, III Série, n.º 5, Lisboa, 1961.

siado velho e devia estar desactualizado. Entretanto, uma das suas ocupações, que nunca preencheu devidamente, era a de historiador oficial. Ora Cataldo, que cantou os feitos dos portugueses em verso, em poemas como a *Arcitinge*, sobre a conquista de Arzila e de Tânger, e o luto nacional pela morte do príncipe D. Afonso, nos quatro cantos do seu *De obitu Principis Alfonsi*, Cataldo que proclamou repetidas vezes a necessidade urgente de um Homero ou de um Virgílio que interpretasse numa epopeia o momento glorioso que os «Lusitani» viviam, Cataldo sempre desejou ser o historiador latino, oficial, internacional da gesta portuguesa. Decerto, inspirado por ele, o conde de Alcoutim proclamava na oração latina que pronunciou em 18 de Outubro de 1504, na abertura solene das aulas na Universidade de Lisboa: «Oxalá eu tivesse nascido em qualquer pátria que não fosse a lusitana! Grego, por exemplo, satisfeito com um solo humilde e pobre, desde que pudesse ser estrangeiro, mas muito eloquente, de modo a ser capaz de livremente exprimir, e sem suspeita de parcialidade, tudo quanto distintamente oiço, e com mais clareza do que a luz vejo, experimento, toco e conheço!» (*Ep. II*, fol. E).

Estaria assim sugerindo a conveniência de entregar a narração das glórias nacionais a um estrangeiro que certamente havia-de ser o seu mestre Cataldo. Todavia, por mais esforços que o humanista fizesse para obter elementos, nunca (ao que parece) os obteve, nem mesmo quando, como ocasionalmente sucede, comunica aos seus correspondentes o desejo de se ocupar da História de Portugal ou quando solicita ao próprio rei que lhe faculte informações, como neste final duma carta a D. Manuel: «Há uma só coisa que te suplico, e é que mandes entregar-me sobre os assuntos da Ásia e da África um memorial ou comentário, sem os quais, vagueio nas trevas daqui para ali, como um cego que perdeu o bordão» (*Ep. II*, fol. B v.^o).

Neste procedimento foram conformes D. João II e D. Manuel I. Aquele, não obstante os oferecimentos de Cataldo, estava na disposição de confiar a Ângelo Policiano a missão de escrever a sua crónica oficial em latim, para divulgação na Europa. O assunto é por demais conhecido para que eu me detenha a considerá-lo aqui. Como também é sabido, o projecto não foi levado a efeito, porque Ângelo Policiano morreu em 1490 e, cinco anos mais tarde, falecia o próprio D. João II, apenas com quarenta anos de idade.

Sabe-se quem sugeriu o nome de Policiano e serviu de intermediário entre o humanista florentino e o rei de Portugal. Foram os filhos do chanceler João Teixeira que eram discípulos de Policiano.

Pois aos Teixeiras, nem mesmo a Luís Teixeira, cuja presença em Itália e prestígio como jurista não devia ignorar, aos Teixeiras não há qualquer referência em Cataldo. Ligado a eles por amizade e por mútuos serviços de intelectual e de compatriota no estrangeiro, encontram-se Henrique Caiado que se refere aos filhos de João Teixeira nos seus poemas, saídos em Bolonha, em 1501. Também não esqueceu Caiado o seu antigo mestre Cataldo a quem dedica um epigrama laudatório e faz uma referência amável na carta que em 13 de Fevereiro de 1496 dirige a D. Jorge, a anteceder a *Écloga* III. Pois a estas gentilezas Cataldo não correspondeu publicamente com qualquer homenagem em prosa ou verso. E não se tratava de glorificar um inferior, uma vez que Caiado alcançou fora de Portugal, na própria Itália, uma reputação de poeta latino, aliás justificada, que o Sículo nunca conheceu para a sua obra.

Ao grupo de portugueses então em Itália pertence também o jurista Martinho de Figueiredo, que Caiado não esqueceu, ainda que para se rir dele num epigrama, acusando-o de falta de sinceridade, por nunca dizer mal de ninguém e passar o tempo a louvar toda a gente sem distinção. Também sobre Figueiredo nem uma palavra nas cartas e nas muitas centenas de versos que Cataldo escreveu.

Ao número dos que sabiam latim pertenciam naturalmente Rui de Pina, o «Rodericus Pinarius», a quem Caiado escreve de Itália e dedica uma *écloga*, e Lourenço de Cáceres que foi mestre do Infante D. Luís, nascido em 1504. Recordo estes dois, porque a eles, em seguida a Vasco Fernandes de Lucena, foi cometida pelos reis D. João II e D. Manuel a composição de obras históricas que, aliás, o último, Lourenço de Cáceres, nunca chegou a publicar. Dele, o encargo passou a seu sobrinho João de Barros.

Não tenho qualquer dúvida de que a preferência por Cáceres deve ter contribuído para a rivalidade entre este e Cataldo. A verdade é que o livro II das *Epístolas* do Sículo, cuja publicação pouco depois de 1513 me tem proporcionado estes comentários, foi seguido de muito perto, se é que os dois livros não são contemporâneos, pelo *Epigrammaton Libellus* de Lourenço de Cáceres. Aí se celebram a tomada de Azamor e a chegada a Lisboa do rinoceronte (aquele que Dürer desenhou sem o ver), acontecimentos do ano de 1513.

Dir-me-ão que este último livro foi publicado talvez em Salamanca, como pensa Eugenio Asensio, e o de Cataldo em Lisboa. É verdade, mas as personagens da corte a quem Cataldo envia cartas e Lourenço dedica versos são em parte comuns. E entretanto os dois autores não se mencionam sequer.

Para já, notemos uma particularidade do *Epigrammaton Libellus* de Cáceres: figuram nele composições de outros poetas, quase em proporção idêntica às do autor do livro. Adiante, precisarei de recordar este facto a propósito de Cataldo.

Em qualquer caso, o Sículo não é mencionado pelo seu nome no *Livro de Epigramas* de Cáceres, mas quanto mais leio Cáceres, mais me convenço de que ele pode ser o alvo de alguma daquelas breves composições epigramáticas de destinatário anónimo, sarcásticas e azedas, que por lá se encontram. Entre os poetas que dirigem versos ao cantor do duque D. Jaime e dele recebem louvores, encontra-se Aires Barbosa, introdutor do Grego em Espanha, que então ensinava em Salamanca. Pois também Aires Barbosa está ausente das epístolas e dos poemas de Cataldo. Como acabamos de ver, não faltavam portugueses cultos que pudessem opinar a respeito dos seus trabalhos.

Antes de voltar à corte e à fidalguia ilustrada, com que tanto se comprazia o Sículo, demos uma volta pela sua actividade de mestre de Gramática e por alguns oficiais do mesmo officio, destes anos à roda de 1513.

Ele não gostava de ser gramático. Dava-lhe mais lustre ser poeta, historiador ou orador: «orator» em latim. A palavra podia significar «diplomata», se o «orator» era mandado ao papa a proferir uma oração de obediência, em nome do rei, ou se, igualmente em seu nome, discursava em solenidade no País ou no estrangeiro, ou em missão de carácter diplomático. «Orator» Cataldo gostava de ser, e esse é o título que lhe dá o Dr. Münzer que, em mau latim (o de Cataldo era melhor), escreveu sobre a visita à corte de D. João II, no *Itinerarium*. O tradutor português, Basílio de Vasconcelos (3), não entendeu e traduziu «orator» por «pregador». Grande desgosto teria Cataldo, se pudesse antecipar a descortesia!

Mas vamos a Cataldo, mestre de latim, língua que ensinou profi-

(3) BASÍLIO DE VASCONCELOS, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 14.

cientemente a três príncipes, como diz com orgulho, e às figuras mais gradas da nobreza, incluindo algumas senhoras. Excepto em poucos casos, como pode verificar-se pela sua correspondência, Cataldo foi chamado sobretudo para alunos adiantados, com o encargo de aperfeiçoar os conhecimentos dos discípulos. Em regra não é cortês com os seus predecessores e desfaz sem escrúpulos no que eles fizeram.

Através da correspondência, temos um quadro dos autores latinos então em voga e que não é muito diferente, embora muito mais amplo, do elenco de autores preferidos hoje. Aqui, surpreendemos Cataldo a explicar Cícero aos seus alunos, ali reclama um Lucrécio que tarda a ser-lhe restituído, além avisa mansamente o pai de determinado escolar de que este parece traduzir sobretudo Ovídio. O escolar era D. Jorge e o pai D. João II. Também não aprova que um filho de António Carneiro leia os *Amores* ovidianos. Os meninos estudam Virgílio e um almoxarife que lhe não pagava, ainda por cima, ouvia dele os *Tristia* de Ovídio, mas sobretudo Plauto. Algures menciona os comentários que compôs a Horácio. Infelizmente não chegaram até nós, mas deviam ser no género do *Commentum in Plinii Naturalis Historiae Prologum* que Martinho de Figueiredo publicou em Lisboa, em 1529, embora talvez com menos dispêndio de erudição em segunda mão. Este livro é entre nós muito admirado, principalmente por alguns estudiosos que ainda o não leram, como tive ocasião de ver, há tempos, em uma das nossas páginas literárias.

Mas voltemos a Cataldo e aos gramáticos portugueses à roda dos primeiros anos da segunda década do século XVI, mais exactamente entre o ano que nos tem ocupado, o de 1513, e o de 1516 em que vem a lume a *Ars Grammatica* de Estêvão Cavaleiro. O prólogo desta obra, saída dos prelos no mesmo ano do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, é um documento da mais alta importância para a História do Humanismo em Portugal.

Mas é preciso confessar que muitas das suas alusões não seriam inteligíveis sem a revelação feita em 1955 pelo erudito Rocha Madahil (4), da existência na Biblioteca Pública de Braga de três

(4) *Novos Testemunhos da Actividade Tipográfica de Lisboa no Século XV (Três Incunábulo Portugueses Desconhecidos)*. Lisboa, 1955.

incunábulos impressos por Valentim Fernandes, com obras gramaticais de Pedro Rombo e António Martins.

Entretanto estas preciosidades bibliográficas foram para a Biblioteca Nacional de Lisboa onde pude examiná-las. Trata-se das edições de Pastrana, com o título de *Thesaurus Pauperum siue Speculum Puerorum editum a magistro Johanne de Pastrana* e duma adaptação intitulada *Materiarum editio ex Baculo cecorū a petro rombo in artibus baccalaurio collecta*. Estes dois livros são de 1497. Encadernado com eles está um terceiro sem portada, mas com o cólofon seguinte: «Expliciunt materie Antonii Martini a baculo cecorum collecte cum regulis compositionum de amar *et* por amar *et* relatiuorum ut sui discipuli preceptores in scriptis huiusmodi suo tempore tradiderunt ad honorē dei omnipotētis necnō *et* sue genitricis virginis marie. Impressum vero Ulixbone per Valentinum ferdinandi de morauia. Anno incarnationis domini millesimo quadringentesimo nonagesimo septimo. Die vero XX mensis junij».

Das três obras conclui-se que a gramática de Pastrana era conhecida por três nomes, pelo menos, a saber, os de *Thesaurus Pauperum*, *Speculum Puerorum* e *Baculum Caecorum*. Dela fez António Martins, mestre de Pedro Rombo, uma adaptação conhecida por *Materiae*, talvez porque muitos capítulos começam «Circa materiam, etc.». Foi, pelo menos, o que concluí de uma leitura das *Materiae*. Destas *Materiae* de António Martins, espécie de sinopse do livro de Pastrana, fez Pedro Rombo uma edição, decerto com fins comerciais, pois o «Prologus» da *Ars Grammatica* de Estêvão Cavaleiro o ataca ferozmente, por esse motivo. Diz ele: «Pela minha parte, antes quero beber da límpida fonte dos autores que do riacho limoso e turbulento de tal doutrina. E dos seus sequazes, que direi? Faltar-me-ia o dia, se quisesse mostrar os seus erros sem conto. Pastrana, corruptor da linguagem latina, semeou o cereal sarmento e foi-se; os seus partidários semearam por cima uma grande quantidade de triste joio e continuam a semear corruptelas gramaticais em abundância, que vendem por todo o Portugal, a elevado preço e sem vergonha, em vez do trigo, aos pobres alunos. Que mais direi? Só uma coisa mais ousarei afirmar: os que louvam a *Arte de Pastrana* e afirmam que todos os escritos por ele deixados estão certos e correspondem à verdade, esses tais, sem dúvida alguma, não são latinos nem jamais leram livros latinos. Leiam, por isso, os próprios autores latinos de gramática, ouçam os poetas latinos, manuseiem os seus oradores e acima de tudo

Cícero, pai da língua latina, os volumes dos historiógrafos latinos. Se assim fizerem, aborrecer-se-ão do seu bárbaro e ridículo Pastrana, lançá-lo-ão das mãos e corrê-lo-ão a pontapé, porque tanto tempo os enganou e fez cair na armadilha dos erros» (fol. Aijj v.º).

Faço apenas esta citação da longa e violenta diatribe que é o Prólogo da *Gramática* de Estêvão Cavaleiro, porque a situação é bem clara: nomes como *Tesouro dos Pobres*, *Espelho dos Meninos* e *Bordão dos Cegos* reflectem uma tradição medieval a que se opunham a busca das fontes e o espírito crítico, como dados fundamentais do movimento humanístico. O Prólogo faz, assim, figura de manifesto desse movimento. Um manifesto violento e, por isso mesmo, talvez exagerado, uma vez que Pedro Rombo era mestre da Arte Nova, como atesta o documento de confirmação da sua posse que vi na Torre do Tombo e de que possuo fotocópia. A posse foi-lhe dada nas Escolas Gerais a 6 de Setembro de 1490, na presença do Reitor e dos lentes conselheiros, aí estando também João Fernandes, «lente de Gramatica darte velha» e «ho bacharel Joham vaaz E d.º alvarez lentes de gramatica darte noua». A certidão real foi passada por António Carneiro, um dos correspondentes de Cataldo, que era, como todos sabem, escrivão da Câmara de el-rei D. João II. A posse nas Escolas Gerais foi precedida duma espécie de eleição, segundo reza o documento: «E ho dicto Reitor fes p̃gunta aos dictos lentes conselheiros se era ho dicto bacharel pº rombo sofficiente E apto pª leer a proueito dos ouuintes delle ha dicta gramatica darte noua os quaães disseram q̃ sy E q̃ hos discipolos q̃ delle ouuirẽ ha dicta gramatica bem poderã aproueitar do seu leer por ser bẽ entendido».

Os dois lentes de gramática de Arte Nova, mencionados na posse de Pedro Rombo, são meus conhecidos. De um já falei atrás, pois Cataldo o recomendou para professor dum filho de Pedro de Alcáçova. Refiro-me a Diogo Álvares.

O outro, João Vaz, é autor de uma gramática que encontrei há pouco, saída em 1501, como deduzo do modelo de uma carta latina, impressa na gramática e datada de Lisboa, a 28 de Janeiro de 1501. Acho provável que fosse o ano da impressão. Em qualquer caso, o livro de João Vaz é anterior ao de Estêvão Cavaleiro. João Vaz, que é bom latinista, adopta aí uma posição moderada, ao exprimir modestamente a esperança de que o seu livro possa ser mais útil do que os preceitos de António Martins. Todavia, João Vaz não exclui Pastrana da sua bibliografia de obras utilizadas para a parte grama-

tical. Na estilística, consultou, segundo informa, os trabalhos dos «imitadores de Cícero, príncipe da eloquência, a saber, Lourenço Valla, Agostinho Datti, Eneias Sívio e Fernando Mançanares».

Por isso, sem perda do valor como documento do movimento humanístico, há que dar ao «Prologus» de Estêvão Cavaleiro o desconto de o considerarmos uma sátira de Pedro Rombo a quem se refere numa série de alusões maliciosas de que me ocupei, há meses, em sessão da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. A animosidade contra Rombo é tanto maior quanto lhe atribuí, a ele e aos seus sequazes, a perda do lugar na Universidade. Ora isto também não deve ser a verdade inteira, pois a rixa entre Cavaleiro e Rombo vinha já de 1482, e por motivos não filológicos, como revela outro documento da Torre do Tombo.

O manifesto de Estêvão Cavaleiro reconhece, todavia, que a barbárie está batendo em retirada, ao proclamar: «Mas se a nossa gramática é superior à dos gramáticos contemporâneos ou não, os outros que julguem. Os outros, não os émulos, nem os malévolos nem os bárbaros, mas os homens justos, benevolentes e latinos, a quem não roa a inveja, mas deleitem o bem e o justo, que saibam e queiram julgar com justiça. Já os há (graças a Deus!) no nosso Portugal: egrégios doutores como, principalmente, Diogo Pacheco, Luís Teixeira, Francisco Cardoso, Cataldo, oradores eloquentíssimos e poetas muito ilustres que não só conhecem muito bem a língua latina, mas ainda a ensinaram, e podem ensinar mesmo hoje. É à opinião destes, que eu me associo. Quanto me alegro ao ver no nosso Portugal homens desta espécie! Ah, então sim, agrada-me viver!» (fol. A v v.º) (5).

Cataldo era, portanto, ainda vivo, em 1516. E não se encontrava sozinho no seu esforço renovador, como já ví escrito. Não preciso de lembrar também que Estêvão Cavaleiro foi mestre de André de Resende.

Mas deixemos os latinistas profissionais e procuremos agora os seus correspondentes entre as grandes famílias da nobreza e da administração pública ou entre os homens cultos, mas não professores de gramática e de retórica, aristocratas com quem Cataldo gostava de dar-se. As cartas mostram que o humanista se não limitava a enviar

(5) Note-se a reminiscência de Terêncio, *Adelphoe*, 444-445.

correspondência latina, mas que também a recebia. Gostava mesmo de estimular o convívio epistolar, com cumprimentos e referências elogiosas ou humorísticas a amigos comuns. Uma carta de Fernando de Alcáçova, por exemplo, é lida a D. Fernando de Meneses, marquês de Vila Real, e ao conde de Alcoutim, D. Pedro, seu filho (*Ep. II*, fol. A ij).

No segundo livro, figuram entre outros correspondentes, o rei D. Manuel e seu sobrinho D. Dinis; o seu antigo discípulo D. Jorge, duque de Coimbra e mestre de Santiago, e a duquesa sua mulher; os Meneses e Noronhas da casa de Vila Real, dos quais D. Fernando é designado simplesmente pelo Marquês, como fazia Gil Vicente, e D. Maria Freire pela Marquesa; o camareiro-mor, D. João Manuel; os tios de D. Jorge, irmãos de D. Ana de Mendoça, sua mãe, a saber, Jorge Furtado e António de Mendoça, o último dos quais aparece longamente no final do livro 5.º das *Visões*; Pedro Estaço e o amigo deste, Dr. Francisco Barradas, e ainda o Dr. Lopo da Fonseca; Aires Teles, o nascido «em ssino de latym» do *Cancioneiro Geral*, que recebe três cartas, numa das quais se faz o elogio de seu sobrinho Luís da Silveira. Em outra, Cataldo manifesta-lhe o seu apreço, escrevendo: «A todos os portugueses (*Lusitanis*) ouso antepôr-te, excepto ao conde» de Alcoutim, naturalmente (*Ep. II*, E ij). O clã dos Alcáçovas e António Carneiro estão igualmente representados. Fernando de Alcáçova costumava fazer a Cataldo consultas filológicas sobre o latim (*Ep. II*, E vj). Em uma carta, o humanista conta a Fernando quanto na solidão intelectual que o rodeia em Santarém sente a falta de convívio com o velho Pedro de Alcáçova e com o próprio Fernando, então convalescente de grave doença, segundo informação de Lopo Fernandes (6), *familiaris tuus, modestissimus iuuenis* (*Ep. II*, B ij).

Os dois livros de cartas contêm igualmente discursos, *orationes*: orações de entrada e orações de sapiência.

Uma destas últimas é a do conde de Alcoutim, em 18 de Outubro de 1504, na Universidade de Lisboa. Tinha o conde então 17 anos. A precocidade do feito literário e o nível dessa oração de Sapiência

(6) Provavelmente o mesmo que, mais tarde, fez a oração na entrada de D. João III e D. Catarina em Santarém, publicada por A. DE MAGALHÃES BASTO nas *Memórias Quinhentistas dum Procurador d'El-Rei no Porto pelo Licenciado Francisco Dias*. Porto, 1937, pp. 70-77.

levaram a pôr em dúvida a autoria do discurso. Do assunto me ocupei nos *Estudos sobre a Época do Renascimento*.

Não me custa a admitir a ajuda do mestre, mais ou menos documentada na correspondência e nos versos de Cataldo, mas é desconhecer os hábitos dos latinistas do século XVI escrever que a oração é obra de Cataldo, porque se encontra incluída entre os escritos deste. Vimos, há pouco, a propósito de Lourenço de Cáceres, como era corrente a prática de incluir trabalhos alheios em livros redigidos em latim. E ainda que a oração não fosse do conde (e creio que é, não obstante a colaboração de Cataldo), ainda assim estávamos em presença de mais uma prática do Renascimento, que talvez fosse novidade entre nós: a de entregar a um jovem da nobreza, escolhido pelos seus méritos intelectuais, o encargo de discursar em ocasião solene. Praticava-se em Itália e talvez Cataldo tenha trazido a moda do seu país.

Seja, porém, como for, os ecos dessa oração foram duradouros. Quando em 1509, no princípio do ano, o marquês de Vila Real chegou à capital dos seus domínios, escutou aí uma oração de entrada em latim que lhe recitou um humanista português que fizera em França a sua carreira até então. O texto existe ainda hoje, em cópia manuscrita, com o seguinte *incipit*: «Aos ilustres príncipes Marquês e Marquesa e ao seu primogénito, o magnífico Conde de Alcoutim, na sua muito suspirada vinda e próspera entrada em Vila Real, cabeça do seu marquesado, a Oração pronunciada por Salvador Fernandes, coroadado da láurea da licenciatura em direito pontifício e civil» (7).

O discurso tem muito interesse até para a história da tipografia em Portugal, pois foi (ou estava para ser) impresso (8) em 1.3.1509 por um certo Teles, em Ferreirim, cerca de Lamego, no palácio do conde de Marialva e Loulé. Nele, Salvador Fernandes confirma o êxito obtido por D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, cinco anos antes, na Universidade de Lisboa; e refere-se a outros «actos literários concorridíssimos, na pesença de muitos prelados e de príncipes sábios e prudentes, com geral admiração». O orador elogia ainda os marqueses,

(7) Vide A. COSTA RAMALHO, «Uma oração desconhecida, de Salvador Fernandes (Vila Real, 1509)», *Panorama*, 38/IV Série, Lisboa, 1971, pp. 3-5 (a duas colunas).

(8) Encontra-se encadernado com vários textos impressos, do começo do século XVI. Outros apontamentos manuscritos que aí figuram são, como este deve ser também, cópias de originais impressos.

pela educação que fizeram dar ao filho e pelo mecenatismo esclarecido com que pagam os mais altos salários aos letrados que os servem e ajudam outros nos seus estudos. Salvador Fernandes apresenta-se como um dos que o marquês mais havia protegido.

O orador de Vila Real foi posteriormente professor da Universidade de Lisboa, entre 1511 e 1518, regressando a seguir a França, onde havia feito os seus estudos, para aí continuar a carreira de professor de Direito. Veio a ser reitor da Universidade de Bourges em 1522.

Salvador Fernandes confirma Cataldo sobre a reputação de orador latino do conde de Alcoutim, embora não seja de excluir a lisonja superlativa dos méritos, em que os humanistas eram mestres.

Todavia, há que reconhecer que Cataldo nem sempre elogiou D. Pedro. A própria oração de Lisboa o não satisfaz inteiramente. E quando lhe remete de Santarém para Vila Real, cerca de 1511, o poema *Verus Salomon, Martinus* sobre D. Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão, e na carta de remessa faz uma referência especial a João Rodrigues de Sá de Meneses, equivalente a um retrato, não estará a suscitar a emulação do conde, então entregue mais à caça do que ao estudo?

Só há dias reparei que o conde de Alcoutim e João Rodrigues de Sá de Meneses, genro de D. Martinho, deviam ser da mesma idade ou quase. Com efeito, D. Pedro de Meneses nasceu em 1487 e «Ioannes Rodericus», como lhe chama Cataldo, sendo em 1536, por confissão própria, «quase quinquagenário», teria nascido em 1486 ou, no ano seguinte, em 1487. A propósito, note-se que Sá de Meneses não viveu mais de cem anos, como é voz corrente, mas uns 92 ou 93, pois faleceu em 1579, a 25 de Janeiro (9).

Mas voltemos ao conde de Alcoutim. A sua glorificação poética será feita por Cataldo também em verso dactílico, na *Visão III* ou *Terceiro Livro das Visões*.

Estas «visões» são poemas meio medievais meio renascentistas, mistura de aparição hagiográfica e de metamorfose ovidiana moralizada. Na *Visio Tertia*, o velho D. Pedro de Meneses, primeiro marquês de Vila Real, aparece ao neto homónimo, o jovem conde de

(9) Vide A. COSTA RAMALHO, «A Idade de João Rodrigues de Sá de Meneses», *Humanitas*, XXI-XXII, Coimbra, 1969-70, pp. 414-416.

Alcoutim, para o felicitar pelo seu êxito. Antes da aparição nocturna, o espírito do marquês estivera presente à oração de sapiência na Universidade.

Deste modo, os dísticos elegíacos da *III.ª Visão* exaltam primeiro no jovem D. Pedro de Meneses o seu valor intelectual, para seguidamente recordarem outros dotes, espirituais e físicos. É bom tocador de harpa, quer execute só, quer junte a sua voz ao som do instrumento musical (183-188). Quando dança, só ou acompanhado, a multidão admira-o (188-192). No jogo das canas, torneio simulado a cavalo, é um campeão generoso que procura poupar o adversário derrotado, evitando feri-lo (193-206). Logo após, tem Cataldo os seus melhores versos latinos, na descrição viva e ágil de uma tourada, em que o conde a cavalo, só na arena frente ao toiro bravio, que afugentara os outros lidadores, mata o animal de uma estocada certa (207-235). A estes êxitos desportivos juntam-se os predicados de palaciano: é prudente como Catão, eloquente como Cícero. Amam-no os companheiros e é adorado pelas damas da corte. As mais famosas heroínas da Antiguidade, até as conhecidas pelo seu recato, ter-se-iam apaixonado por ele.

Cataldo procura na fantasia poética razões da perfeição do conde: o seu modelo é o rei D. Manuel, modelo de todas as perfeições. E antes disso, o conde foi objecto de cuidados divinos: quando nasceu em Ceuta, onde seu pai era o governador, foi sua ama a musa Calíope. E a intervenção de Calíope é descrita em cerca de 130 versos.

Aí pelo verso 435, o conde tem 12 anos e dá uma lição pública de Retórica. De passagem notarei que a esta e outras exhibições públicas, muito ao gosto do Renascimento, há referência expressa nas cartas. A tais demonstrações alude também a oração de entrada de Salvador Fernandes, de que há pouco tratei.

Por essa altura — continua Cataldo — o conde surpreendeu um embaixador de Veneza, chegado a Lisboa. Para nada lhe faltar é também poeta latino.

Todos estes elogios devem ser recebidos, naturalmente, com alguma reserva, dada a propensão dos humanistas, e Cataldo não é excepção, para o exagero. Mas o panegírico poético do conde testemunha um novo ideal de vida que o futuro de D. Pedro de Meneses não desmentiu, nas missões de que foi encarregado, como militar e diplomata, e no seu gosto pela cultura.

Em 1543, falecia com 56 anos apenas. Era já então marquês de Vila Real. E cinco anos depois, em 1548, o humanista João Fer-

nandes recordava agradecidamente a sua memória, em Coimbra, falando *De Celebritate Academiae Conimbricensis* (10).

Sua irmã, D. Leonor de Noronha, igualmente discípula de Cataldo, traduziu do latim a *Crónica do Mundo*, de Marco António Sabélico, saída em Lisboa, em 1550 (—3), no ano em que em Coimbra acabava a iniciativa joanina do Colégio das Artes de Mestre André de Gouveia. João Rodrigues de Sá de Meneses, de quem Cataldo escreveu com tanto louvor, esse estará um pouco por toda a parte: uma filha do segundo matrimónio foi excelente aluna de Rodrigo Sanches e companheira de estudo da Infanta D. Maria, filha de D. João III. O mestre ansiava por conhecer o pai da aluna e dirigiu-se a Joana Vaz que lhe proporcionou o encontro com Sá de Meneses. E assim a sombra do alcaide-mor do Porto reflecte-se na correspondência latina de Rodrigo Sanches (11).

Graças ao *Liber de Platano*, que chegou até nós manuscrito, também podemos, como Sanches, admirar o humanista Sá de Meneses. Quando o *De Platano* acaba, por alturas de 1537, Sá de Meneses, em conversa epistolar com mestre João Fernandes, recorda ter visto, ainda há pouco, em frente ao Mosteiro de Santa Cruz o seu parente João Gomes da Silva (12), filho do Regedor das Justiças, que viera estudar a Coimbra.

Deste modo, Cataldo, os seus discípulos e os seus amigos estão presentes na História do Humanismo Greco-Latino em Portugal, Humanismo que evoluiu sem interrupção, ao longo do século XVI, e a passagem do Século fica bem assinalada neste país que ele amou como seu.

A. COSTA RAMALHO

(10) Vide JORGE ALVES OSÓRIO, *M.^o João Fernandes, A Oração sobre a Fama da Universidade (1548)*. Coimbra, 1967.

(11) Vide A. COSTA RAMALHO, *Estudos sobre a Época do Renascimento*. Coimbra, 1969.

(12) Morreu em Florença e não se encontra sepultado no artístico panteão dos Silvas, em São Marcos, perto de Coimbra, onde estão seu pai e seu irmão mais velho, Diogo da Silva. Não deve também ser confundido com o embaixador de Portugal em Roma, no tempo de D. Sebastião.